

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 542.681 - GO (2019/0324621-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : NILTON PIRES DA SILVA
ADVOGADO : NILTON PIRES DA SILVA - GO016481
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : REINALDO LOURENÇO DE FREITAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de REINALDO LOURENÇO DE FREITAS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o qual denegou a ordem visada no *Writ* de n. 5538765.08.2019.8.09.0000, mantendo a segregação cautelar do paciente, nos autos da ação penal em que findou condenado como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I (antiga redação), II e V c/c o art. 61, inciso II, alínea *h*, ambos do Código Penal.

Nesta via, sustenta o impetrante que a custódia preventiva do paciente teria ofendido o princípio da presunção de inocência e que ainda estaria em discussão no Supremo Tribunal Federal a possibilidade de prisão em segunda instância, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito.

Defende que não teriam sido apontados elementos concretos que demonstrassem de que forma, em liberdade, poderia vir a causar embaraço à instrução criminal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, expedindo-se salvo-conduto em seu favor.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 100/102).

Solicitadas informações, estas foram devidamente prestadas (e-STJ fls. 109/113 e 115/126).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 128/131).

É o relatório.

De se destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a* da Constituição Federal, e dos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que passou ser adotado por este Superior Tribunal de Justiça, a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus*

Superior Tribunal de Justiça

originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea c da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

Dos elementos que instruem o processo, infere-se que o paciente teve prisão preventiva decretada no dia 03.7.2019, nos autos da ação penal em que foi sentenciado por roubo majorado.

Quanto aos fatos, consta da denúncia:

"No dia 23 de janeiro de 2017, por volta das 20h, na Fazenda Vargem Santana, próximo ao Povoado de Caxambu, nesta cidade, os denunciados, em concurso de vontades, subtraíram, para si, mediante uso de violência e grave ameaça exercida com emprego de arma, e por meio de restrição à liberdade das vítimas, 01 (um) pacote de arroz, marca Safra, de 05 kg (cinco quilos); 01 (um) pacote de feijão; 06 (seis) cabeças de cebola; 06 (seis) cabeças de alho; 20 (vinte) batatas; 02 (dois) sacos de queijo ralado; 3,4 kg (três quilos e quatrocentos gramas); aproximadamente 05 kg (cinco quilos) de peixe e 02 (duas) réstias de alho, de propriedade de Umbelino Sardinha da Silva e Irzady Amâncio da Silva.

OS FATOS

Segundo consta no incluso caderno investigativo, no dia dos fatos, Umbelino estava na companhia de sua esposa, Irzady, ambos idosos, quando, por volta das 20h, foram surpreendidos pelos denunciados, que, armados com um facão, invadiram o imóvel do casal e anunciaram o assalto, exigindo a entrega de um revólver e de dinheiro. Ao serem informados sobre a inexistência, no imóvel, dos itens exigidos, os denunciados começaram a agredir a primeira vítima, com golpes em sua cabeça e pernas, causando-lhe as lesões descritas no Relatório Médico de fl. 18.

Logo em seguida, os denunciados, insatisfeitos, danificaram o interior da residência e reviraram os cômodos do imóvel, na tentativa de encontrar a arma de fogo desejada, assim como subtraíram diversos gêneros alimentícios, todos descritos no Auto de Exibição e Apreensão à fl. 24 dos autos.

Conforme se apurou, os denunciados também tentaram subtrair 01 (uma) caminhonete S-10, de propriedade da primeira vítima, fato que somente não se consumou em razão da dificuldade dos criminosos em conduzir o

Superior Tribunal de Justiça

automóvel.

Por volta das 23h, após destruírem os telefones da residência, os denunciados restringiram a liberdade das vítimas, trancando-as no banheiro do imóvel, e empreenderam fuga do local." (e-STJ fls. 24/25)

Verifica-se que o Juiz singular decretou a custódia processual do paciente, nos seguintes termos:

"Considerando a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como as provas constantes dos autos que culminou na condenação do acusado pela prática de crime grave, inclusive, com violência brutal a pessoa, ter restringido a liberdade das vítimas por tempo considerável, chegando a trancafiá-las no banheiro de sua própria residência, a fim de dar êxito ao crime, entendo que a ordem pública encontra-se abalada e há risco em concreto de reiteração criminosa, caso o acusado seja colocado em liberdade" (e-STJ fls. 73/74).

Acrescentou o Magistrado que, *"diante disso, entendo que o acusado possui periculosidade acentuada, situação que, sem sombra de dúvidas, como já dito, abala a ordem pública e requer atitude enérgica do Poder Judiciário, a fim de manter o mínimo de segurança à sociedade, mormente na zona rural, que há muito vem sofrendo com os crimes contra o patrimônio. Diante disso, a manutenção da prisão preventiva do acusado é medida que se impõe até o trânsito em julgado desta sentença" (e-STJ fl. 74).*

O Tribunal estadual, por sua vez, analisando remédio constitucional ali impetrado, por unanimidade entendeu suficiente e fundamentada a decisão de primeiro grau, denegando a ordem para manter a constrição processual a bem da ordem pública, ponderando que:

"Trata-se de delito de roubo.

A prisão preventiva se encontra fundamentada em dados concretos do processo, e conforme consta da denúncia (movimentação 01 - doc. 02), o paciente, em companhia de coautor, invadiu o imóvel de um casal de idosos residentes naquela Comarca de Pirenópolis/GO, anunciou o assalto, exigindo a entrega de um revólver e de dinheiro.

Ao serem informados sobre a inexistência dos itens exigidos, os acusados começaram a agredir um dos idosos com golpes na cabeça e pernas, danificaram o interior da residência, reviraram os cômodos do imóvel, subtraíram diversos gêneros alimentícios, destruíram os telefones da

Superior Tribunal de Justiça

residência e restringiram a liberdade das vítimas, trancando-as no banheiro, empreendendo fuga do local em seguida.

As circunstâncias do presente caso revelam desta forma a gravidade da infração, a periculosidade do paciente e o periculum libertatis, o que demonstra a necessidade da manutenção de cautela provisória.

Portanto, diante do manancial delituoso mister se faz a prisão sob os auspícios da ordem pública.

A prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória definitiva tem natureza cautelar, havendo, pois, o impetrado demonstrado a presença dos pressupostos da prisão preventiva - garantia da ordem pública - sendo a decretação da custódia cautelar medida que se impõe.

É o quanto basta para a manutenção da ordem pública.

Este é o entendimento jurisprudencial desta Egrégia Corte [...]

[...]

Por todas essas razões, não visualizo gravame a ser reparado pela via mandamental." (e-STJ fls. 93/94)

Delineado o contexto fático processual, quanto ao *periculum libertatis*, observa-se que a custódia do paciente encontra-se devidamente justificada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento, especialmente, **da ordem pública**, haja vista **as circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos**.

Ora, em alguns tipos de delito, como o roubo – crime patrimonial que somente se comete com o emprego de violência ou grave ameaça a pessoa –, a periculosidade do agente pode facilmente ser aferida pela forma como se deu a ação criminosa, da qual se pode concluir, ainda, se há ou não risco de reiteração delitiva.

Não se trata de presumir a periculosidade do autor do crime, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta – esta atitude sim, constantemente desautorizada por este Superior Tribunal de Justiça em seus inúmeros precedentes –, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constritiva pela própria forma como foi praticado o delito, ou seja, em razão do *modus operandi* empregado pelo autor na sua execução.

Assim, certos tipos de crimes, como o que ora se examina, permitem que, da simples prática delitiva, se infira o perigo à ordem pública, que é o *periculum libertatis* exigido para a preventiva.

Excluir esta avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal: "*O especial modo de execução do crime,*

Superior Tribunal de Justiça

auferido por intermédio de circunstâncias do caso concreto, pode constituir indicação suficiente da periculosidade do agente" (HC 123024, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 23/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-091 DIVULG 05-05-2016 PUBLIC 06-05-2016).

No caso, forçoso reconhecer que as particularidades do delito que ora se examina – em que o réu, juntamente com outro comparsa, armado com um facão, invadiu no período noturno a residência de um casal de idosos, danificou o imóvel e, mediante violência real (golpes na cabeça e nas pernas de uma das vítimas) e restrição de liberdade (trancou as vítimas no banheiro, fugindo em seguida), subtraiu gêneros alimentícios – evidenciam a ousadia e maior **periculosidade do agente**, mostrando que a prisão é mesmo devida para o fim de **acautelar-se o meio social**, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade, risco que se pode afirmar concreto, diante do *modus operandi* empregado.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. AGRAVANTES QUE RESPONDERAM PRESOS A TODA A AÇÃO PENAL. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

5. Ressalte-se, ademais, que a prisão foi devidamente fundamentada na necessidade de manutenção da ordem pública, uma vez tratar-se de subtração de grande quantidade de pertences residenciais, além de R\$ 2.612,00 (dois mil e seiscentos e doze reais), de um casal de idosos, mediante arrombamento do portão e da janela da residência e exercício de grave ameaça mediante uso de facas e facões, e de violência real contra a vítima - reitere-se, um idoso - que foi agredida com golpes de pedaço de pau na cabeça, tendo eles, ainda, retornado alguns dias depois e roubados mais pertences. Trata-se de conduta que apresenta evidente gravidade concreta, reprovabilidade, e que expressa a periculosidade dos acusados, justificando a custódia.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 539.631/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 22/11/2019, grifou-se)

A corroborar:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA REAL (SOCO NA CABEÇA). PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA SEM AGREGAR NOVOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. PENA IMPOSTA DE 5

Superior Tribunal de Justiça

ANOS, 6 MESES E 20 DIAS DE RECLUSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

4. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, as circunstâncias relativas ao *modus operandi* do fato típico autorizam a medida extrema, na projeção do vetor da ordem pública, quando evidenciada a gravidade concreta do delito perseguido, delineada pela violência real - consistente em soco na cabeça -, empregada na suposta prática do roubo majorado pelo concurso de agentes.

5. Segundo reiteradas manifestações do Superior Tribunal de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, por si só, conduzir à revogação da prisão preventiva.

6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 106.304/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 24/04/2019, grifou-se)

Em arremate, a hipótese em apreço não guarda semelhança com a questão discutida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento definitivo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade ns. 43, 44 e 54, no qual foi fixado o entendimento de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação, salvo as hipóteses em que decretada a prisão preventiva na sentença, mediante fundamentação concreta.

Na espécie, das informações colhidas na página eletrônica da Corte de origem, constata-se que a defesa sequer interpôs apelação criminal, não tendo sido esgotadas as instâncias ordinárias.

Desse modo, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente **a bem da ordem pública**, não havendo coação ilegal a ser sanada de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, **não se conhece do mandamus**, por se afigurar manifestamente incabível.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

